

A salvação da Escola Pública

O ex-reitor da Universidade de São Paulo, o físico José Goldemberg, assumiu a Secretaria Estadual de Educação com palavras que nos parecem caracterizadas pela correção, ao garantir que a sua nova tarefa seria a de "salvar a Escola Pública de 1º e 2º grau". A escolha do verbo "salvar" é das mais acertadas, quando se toma conhecimento das reais condições da Escola Pública deste Estado. Se a tarefa será coroada de êxito, só dirá o tempo, um fator limitador importante de qualquer planejamento, uma vez que à atual administração estadual resta apenas pouco mais de um ano.

Na solenidade de posse, Goldemberg garantiu que assume a secretaria como "um professor com mais de 30 anos de atividade". É um elemento importante a experiência docente, não se sabendo porém se esta, especialmente a de nível universitário, será suficiente para equacionar a caótica situação que envolve seis mil escolas, 200 mil professores, 45 mil funcionários e mais de cinco milhões de alunos. O professor

Goldemberg provou sua capacidade administrativa ao gerir, até recentemente, os destinos e os problemas da maior comunidade universitária do País. Tem agora pela frente esta espinhosa realidade da Secretaria da Educação de São Paulo, em que se mesclam em doses iguais a irresponsabilidade governamental — notadamente evidenciada por criminosa distribuição orçamentária; graves distorções estruturais, a partir de professores despreparados e desmotivados e, não bastasse, uma pesada estrutura burocrática, velha de décadas, capaz de inviabilizar qualquer planejamento sério, por mais bem intencionado que seja.

A esta situação doentia em todos os aspectos pensa o professor Goldemberg adotar, terapeuticamente, a dedicação integral de alguns docentes em cada Escola Pública, uma maior autonomia em nível de cada unidade escolar, a informatização de todos os procedimentos da secretaria e a implantação de uma nova disciplina obrigatória no currículo de 1º e 2º

grau. Tanto a dedicação integral como a informatização da pasta envolvem disponibilidades orçamentárias, pelo que cumpre lembrar que o governo Quêrcia fez "opções" em que se inclui sensível corte nas verbas para Educação.

Quanto à autonomia, imaginar que cada Escola Pública possa desenvolver hoje um "perfil próprio" — em desafio ao vulto de suas carências tanto materiais como, principalmente, as que dizem respeito ao preparo dos recursos humanos disponíveis — pode implicar dramáticas decepções, e, o que é pior, o agravamento, ainda mais, de uma situação didático-pedagógica por si mesma já bastante preocupante. Convém saber que a Escola Pública de São Paulo não consegue mais ter um *curriculum* comum a duas escolas da mesma rua... Existe apenas um núcleo comum de disciplinas do primeiro grau, imposto por federais, e mais nada! A normatização mínima do que é ensinado não mais emana da secretaria e sim das editoras, por intermédio dos livros didáticos...

Por outro lado, o novo secretário também precisará posicionar-se em relação à "herança" que recebe, dos projetos em curso. A municipalização, por exemplo, anunciada com tanto alarde em setembro último, já estaria esquecida? Outra herança por demais preocupante serão os reajustes salariais do magistério, questão das mais densas. O salário do docente em início de carreira passa muito perto dos US\$ 200 mensais para uma jornada de oito horas diárias. Situação que será, sim, uma espada de Dâmonos sobre a cabeça não só dos docentes, como principalmente da do sr. secretário, impedido, por seu passado de democrata, de envolver-se com situações que requeiram força ou arbitrio.

Talvez outro caminho se abra neste reduzido tempo de que dispõe o professor Goldemberg para "salvar" a Escola Pública de São Paulo: a sociedade paulista voltar a tomar consciência de que ensino público significa igualdade real de oportunidades e que isto é a essência da democracia.